

**GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação****EDUCAÇÃO E CORPO TRANS: FRONTEIRAS DA DIFERENÇA SEXUAL**

Silvane Lopes Chaves<sup>1</sup>  
silvanech@yahoo.com.br

Gilcilene Dias da Costa<sup>2</sup>  
gilcilene@ufpa.br

**1 POR ENTRE FRESTAS...**

Durante boa parte do tempo, ao apresentar a intenção de pesquisa fomos convocadas a justificar a relevância da investigação *Educação e Corpo Trans: Fronteiras da Diferença Sexual* num programa de pós-graduação em educação, quando tal estudo supostamente teria mais entrada em outras áreas de conhecimento. Escolhemos com Derrida (2003) sentir a “vertigem de uma certa errância” e tentar ter “orelhas pequenas”, num esforço de “abandonar a claridade do dia” de algumas formulações já consolidadas na área da pesquisa em educação e espreitar para tentar “perceber o quase inaudível” (NIETZSCHE, 2008) e assim pensar numa justificativa plausível.

---

<sup>1</sup> Silvane Lopes Chaves é aluna do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História. Membro do Grupo de Pesquisa PHILIA – Filosofia, Linguagem e Alteridade na Educação (UFPA/CUNTINS).

<sup>2</sup> Gilcilene Dias da Costa é doutora em educação pela UFRGS. Professora da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário do Tocantins/Faculdade de Linguagem. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA) – Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará/CUNTINS (PPGEDUC/CUNTINS) – Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Linguagem. Coordenadora do Grupo de Pesquisa PHILIA – Filosofia, Linguagem e Alteridade na Educação (UFPA/CUNTINS).

Tateamos trilhas e ao sermos questionadas sobre a relevância do tema para a área da educação, experimentamos um nu honesto, chegando ao desassossego de pensar que a educação tem sido uma hospedeira hostil que tem se assenhorado do edifício onde habitam “sujeitos de direitos”, “pessoas com deficiência”, indivíduos “diversos”, etc. Embora orgulhados numa sociedade em que tudo precisa ter utilidade ou ser eficaz, Derrida (2003) nos instiga a dizer: recusamo-nos a justificar a relevância desse trabalho a partir do “edifício dos valores da eficiência” e propomos uma inversão: a diferença tem *seu* lugar na educação?

A intenção é fazer da educação “um lugar aberto à inutilidade da palavra filosófica”, instaurando um “gesto político” para fazer emergir aquilo que consideramos essencial, conforme convite de Derrida (2003). Assumimos o risco de sermos desarmadas pela tradição, mas há também o das alegrias nesse exílio voluntário. Ao inverter a pergunta, desejamos provocar um deslocamento inscrevendo a *diferença* numa nova relação de poder. Propomos, novamente com Derrida (2003), uma mudança de acento. Não se trata *da* questão da diferença (“estrangeiro”) na educação (“senhora do lugar”). Tampouco se trata de questões circunscritas às demandadas *pela* diferença (que não quer ser aceita, nem tratada em sua “diversidade”). De forma ainda mais radical, se trata da afirmação da *diferença*, de sua problematização e suposto “lugar” na educação.

A educação proclama a inclusão da diferença a partir da noção da *diversidade*, essa fala monológica que enquadra os “Outros” da educação no mesmo estreito compartimento do edifício (SKLIAR, 2003). Esse “estrangeiro” é um “sem-lugar” ao ser tratado como o “Mesmo”, mas que reclama “feições de estrangeiro”, tal qual Sócrates na tribuna (DERRIDA, 2003). A língua pronunciada pela educação para nomear a diferença *produz* o outro singularizado. Sua enunciação atende a uma lógica de inteligibilidade inscrita num determinado regime de verdade a partir do qual busca reconciliá-lo com a norma. Seu convite à “hospitalidade” está severamente condicionado às leis da “senhora da casa”. Como pode a *diferença* endereçar *suas* questões à educação, se esta tem sido obesa, possui grandes ouvidos e tagarela verborragicamente sobre a diversidade, conscientização, inclusão, democratização, formação do sujeito de direitos, autonomia, emancipação, etc.?

Embora a educação não seja um espaço de acolhimento, a diferença irrompe a todo momento, faz àquela suas interpelações e reivindica seu “lugar-além”, fora do projeto de escolarização posto, de seu currículo e práticas que lhe nega acolhimento por não vê-la, exceto sob seus investimentos de pedagogização. É nesse sentido que Miranda (2013) chama atenção para a objetivação do Outro e para a necessidade de discutir a questão da alteridade a partir do pensamento ético, que destitui a “centralidade do sujeito autônomo e soberano” e a

pedagogia erguida sob os pilares do pensamento assimilacionista “que incansavelmente aborda o outro como objeto de tematização a ser nomeado, analisado, incluído classificado, colonizado, enfim, visa permanentemente manter o maior domínio objetivo possível sobre ele” (p. 4). Ao contrário, prossegue o autor, essa “nova subjetividade ética” busca exercitar, não a incorporação e o reconhecimento do direito do outro, “como hóspede a ser permanentemente reformado”, mas o acolhimento ético de sua palavra, uma abertura e exposição ao outro como acontecimento ético inaugural da experiência educativa.

É esse exercício de albergamento que nos propomos aqui empreender. Não há nenhuma intenção de traçar um amplo panorama acerca do tema. “Deve-se *conhecer* o tamanho do próprio estômago”, como nos diria Nietzsche (2008, p. 35). Uma incursão exploratória nos resumos publicados no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2007 a 2011 acerca da homossexualidade e um artigo capturado na base siELO, foram salutares para fazer emergir inquietações e aberturas para outras problematizações.

No processo de leitura, destacamos trabalhos de pesquisadoras/es como Xavier Filha (2009) intitulado *Catálogo Eletrônico de Produções Bibliográficas sobre Educação Sexual e de Gênero – Décadas de 30 a 1985*; Ferreira, Nunes & Völz Klumb (2013) que abordam *As temáticas de gênero e sexualidade nas reuniões da ANPED de 2000 a 2006*; Torres (2013), que versa sobre *Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência da Rede Trans Educ Brasil*; Reis (2012) intitulado *“Eu tenho medo de ficar afeminado”: performances e convenções corporais de gênero em espaços de sociabilidade homossexual*, capturado no sítio sciELO, e por último o trabalho de Sierra (2013) -*Gilda e a vida queerizada*, sobre a experiência de uma travesti que viveu nas ruas de Curitiba, no final dos anos 70 e início dos 80 – em que fala do corpo com materialização de modos de vida, que ele denomina de “novas silhuetas ético-estético-políticas”.

Com lentes emprestadas de Larrosa e do próprio Nietzsche, fizemos um esforço de ler estes cinco trabalhos absorvendo-os em silêncio, “com intenção profunda, abertamente e com olhos delicados”. Em retiro, escutar, apalpar às vezes nossas próprias vísceras. Buscar com “barriga jovial” (NIETZSCHE, 2008) digerir as leituras e reter aquilo que nos sacudiu. Sua escuta nos instigou a perceber a possibilidade de novos horizontes se tivermos ouvidos atentos, olfato apurado, tato sensível para perceber que “sempre há outras leituras possíveis, perspectivas novas” (LARROSA, 2009, p. 27).

Reconhecemos as relevantes contribuições dos pesquisadores da área que se debruçaram sobre a temática sexualidade. Propomos aqui um duelo honesto entre a tradição e

outra forma de pronunciar o tema, articulado à educação. Buscamos inventar passos de dança que nos convide a sair do traçado e à fuga do jogo sedutor da ciência para não sermos prisioneiras “de seus métodos carentes de dificuldades, até objetivos modestos e previstos de antemão” (LARROSA, 2009, p.32). Vestidos de valentia e curiosidade, a tentativa é de construir um caminho próprio, e não inédito. Falar a partir da tradição, tentando também dela saltar para explorar os labirintos em que voluntariamente penetramos. Não se pretende jamais chegar “à ‘verdade’ dos fatos, mas sim a uma leitura, uma possibilidade, entre outras, de exploração” (MOREIRA, 2004, p. 1).

## 2 HOMOSSEXUALIDADE – VISIBILIDADE E SEUS VAZAMENTOS

Procuramos trazer à baila alguns tensionamentos com relação à categoria homossexualidade e à questão da visibilidade. Na leitura de algumas produções, percebemos muitas contribuições para a compreensão da subjetivação pela sexualidade. Não há intenção de analisar as produções do campo, mas trazer alguns apontamentos que possam contribuir à reflexão do tema.

A nosso ver, em muitos trabalhos a ênfase recai menos sobre o “domínio foucaultiano” do “ser-consigo” e mais nos de “ser-saber” e “ser-poder” (MOREIRA, 2004), em especial sobre este último, uma vez que os processos de agenciamento e mesmo de “constrangimento” a que o sujeito é “submetido” na constituição de sua subjetivação é bastante recorrente. Dão relevo a um poder que “impinge” ao sujeito formas de pensar, sentir, falar, por “força da ação” da cultura heteronormativa. É preciso emudecer o que é ruidoso. Uma leitura aligeirada pode confundir tais análises com a tradicional analítica do poder. É nesse sentido que Veiga-Neto (2009) ressalva a importância da vigilância epistemológica com permanente cuidado teórico, metodológico e conceitual.

A partir das contribuições da teorização foucaultiana e dos estudos pós-coloniais o objetivo é tensionar a categoria *homossexual* como conceito estruturante do campo da sexualidade para falar de *diferença sexual* como dimensão fronteira e indeterminada, que toca com sua (in)visibilidade a educação. Como a indeterminação é parte constitutiva do processo de pesquisar, pairam dúvidas e questionamentos nessa seara: como recolocar a discussão sobre *diferença* no campo da sexualidade sem enveredar por um processo de emolduramento da narrativa? Como a homossexualidade se constituiu categoria representativa da diferença sexual tornada “abjeta”, sendo esta adotada pela própria ciência que a codifica?

A homossexualidade foi institucionalizada e se constituiu num arquétipo inventado a partir de condições múltiplas, por discursos entrecruzados, articulados, implicados por relações de poder. Metamorfoseou-se entre “libertino”, “desviante”, “espécie” (FOUCAULT, 1984), categoria representativa para as políticas identitárias, outro colonizado inclusive pela própria epistemologia, segundo o investimento analítico pós-colonial.

Ao longo de sua filosofia, Foucault (*idem*, p. 137) fala de dispositivo como uma rede, “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Desse modo, será feito um esforço de evidenciar alguns elementos que intervieram para que a homossexualidade funcionasse na economia discursiva da política de enunciados sobre o sexo como categoria depurada rigorosamente, inscrita no vocabulário autorizado, tornando-se a categoria de inteligibilidade ou lugar da sexualidade dita “não-hegemônica”.

Com o surgimento de sexualidades denominadas de periféricas desde o final do século XVIII, Foucault (1988, p. 48) interroga: “O fato de poderem aparecer à luz do dia será o sinal de que a regra perde o seu rigor?”. E nos diz: “o que é cambiante é a forma de poder exercido que se desdobra, recorta, movimenta-se estrategicamente e põe em ação uma nova economia geral dos discursos”. Em meio à dispersão e à proliferação de discursos sobre a sexualidade, há um investimento na construção discursiva das sexualidades, assim como de seus efeitos (LOURO, 2001).

Importante falarmos em *produção*, não *legitimação* da sexualidade periférica, até porque estamos presos ao dispositivo, e legitimá-la (no sentido de albergá-la) seria operar com a impossibilidade, considerando que é um discurso construído segundo as leis de um sistema jurídico que a inventa e a sustém, daí o difícil exercício de sua ultrapassagem (FOUCAULT, 1984). Ainda inspiradas em Foucault, perguntamos: em que medida isso não tem se constituído num “efeito de liberação do poder repressivo”, promovendo com isso a invisibilização da diferença?

Por um esforço de captura teórico-política, a homossexualidade tornou-se a categoria representativa das múltiplas manifestações da sexualidade nomeada de *identidade homossexual*, o que gerou em termos práticos uma ambivalência: se por um lado, nos anos 70, isso fortaleceu o movimento homossexual e suas críticas à heterossexualização da sociedade, por outro, a ideia de uma *comunidade homossexual* assentada na noção de identidade forjou uma política de identidade de caráter unificador e assimilacionista. Ao buscar promover visibilidade política, incorreu em universalização. A discussão, embora tenha se ampliado no

espaço da academia a partir dos anos 80, ainda ficou limitada por tratar a homossexualidade como fenômeno fixo, trans-histórico e universal (LOURO, 2001).

Ainda que tenha ocorrido uma multiplicação das categorias sexuais, Pelúcio (2012) ressalva que apesar de tal multiplicação borrar as fronteiras e evidenciar a instabilidade das identidades, não rompe com a forma de elaborar a questão também pelo fato da teorização estar sustentada ainda em binarismos, na noção de identidade ou até mesmo numa política de identidade que não consegue saltar para além do limite da denúncia e com isso, contraditoriamente, pode tornar-se cúmplice do próprio sistema que denuncia (LOURO, 2001). Daí a pergunta: em que medida os escritos e pesquisas *sobre* diferença sexual, que se anunciam em oposição frontal às políticas de sexualidade e gênero, já não estão inscritos numa epistemologia atravessada pela lógica colonial em que a captura do *Outro* da sexualidade é construída em torno da *normalidade* e a partir da singularização deste *Outro* homogeneizado e unificado?

Ao múltiplo da sexualidade é atribuída uma visibilidade, porém, ao ser nomeado lhe é outorgada *uma* voz. Sofre um processo de enquadramento em *uma* categoria classificatória, produzindo um *efeito de inclusão* que recobre a alteridade do outro, colocando-o em eterna busca de reconciliação com a mesmidade normativa ao considerá-lo meramente como o “exterior à norma”. Desse modo, a diferença sexual torna-se um demarcador entre o *normal* (hegemônico) e o *desviante* (patologizado), sendo indispensável por fornecer-lhe o “limite” e a “coerência”. (SILVA, 2011; LOURO, 2010).

A despeito da visibilidade alcançada pela mobilização de diferentes grupos desde os anos 70 e ainda as conquistas por legitimidade e reconhecimento de direitos pelos movimentos sociais, não se pode perder de vista que é uma disputa sem trégua. Visibilidade outorgada tem seus ardis. Se atualmente pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo biológico, com os dois ou as pessoas trans (transexuais, travestis e transgêneros) têm experimentado gozo de alguns direitos, não é possível ignorar o recrudescimento do conservadorismo. É uma *visibilidade* e uma *aceitabilidade* condicionada pela sexualidade normativa, que num ato de benevolência concede o ‘direito’ de existir ao outro, colocando-o na condição de *tolerado*. Mas o que torna a norma o referente autorizado a delimitar e a intervir nos modos de ser desses *Outros*, enquadrados e formatados enquanto diferença abjeta?

A emergência dessa legitimidade para delimitar e intervir nos modos de ser desses “Outros” é uma construção histórica, e se vê sustentada, entre outras coisas, pela cultura ocidental de tradição judaico-cristã, produzindo efeitos sobre a composição epistemológica ocidental e sobre a subjetividade. Legitimidade também assentada no campo epistemológico,

sendo este fortemente ancorado no saber médico e nas ciências *psi*(psiquiatria, psicologia e psicanálise). Trata-se de um conjunto de tecnologias sociais que põem em circulação um investimento biopolítico nos corpos, nos afetos, no desejo e na sexualidade, que têm reverberações nas experiências cotidianas mais ordinárias.

A naturalização da experiência heterossexual se deu inclusive nas propostas teóricas dos estudos de gênero e dos estudos feministas que em dado momento estiveram referenciados no corpo-sexuado, amarrados à heterossexualidade como ato fundacional (BENTO, 2003; BUTLER, 2003). Processo em que a heterossexualidade como manifestação da sexualidade fica diluída e invisibilizada pela naturalização, de modo que manifestações públicas de afeto entre pessoas heterossexuais sequer são percebidas enquanto tal. As interdições ficam restritas à sexualidade *desviante*, uma vez que a elas resta o “confinamento”, o “segredo”, a “discrição” (LOURO, 2010).

Nas cenas da vida social, determinadas práticas são *aceitáveis*, desde que sejam realizadas no limite daquilo que é *autorizado*, diferenciação evidente no uso do espaço público/ privado. Daí a existência de locais específicos para atender o público LGBT porque representam um segmento bem interessante ao mercado devido a seu poder de consumo, mas *impróprio* às misturas, ao convívio plural com a sociedade *hetero*. Então nos perguntamos: em que medida tal visibilidade tem significado uma reintrodução da homossexualidade no caminho da verdade ditada por um pacto social implícito, de modo a garantir sua “viabilidade moral-econômica”, sem necessariamente propor ou legitimar efetivamente as experiências de “vivência-homo” (SIERRA, 2013)?

Interessante observar que “aceitabilidade” ou “tolerância” é limitada, inclusive no interior do próprio grupo, a um arquétipo: gay, branco, com performance masculina e com razoável poder aquisitivo (REIS, 2012). Ainda assim, desde que não extrapole os limites do “devido sigilo”. A esse respeito, Louro (2010, p. 29) pondera sobre os efeitos da concepção liberal, segundo a qual a sexualidade “é uma questão absolutamente privada”, há aqueles que “se permitem aceitar ‘outras’ identidades ou práticas sexuais desde que permaneçam no segredo e sejam vividas apenas na intimidade. O que efetivamente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos de práticas não heterossexuais”.

O interesse do mercado, a moral cristã e a cultura heteronormativa são alguns dos demarcadores das fronteiras que se articulam para regular a experiência de visibilidade e de aceitabilidade das “vivências-homo”, as quais sofrem um processo de hierarquização reiterado, legitimado e invisibilizado pela fixação de um modelo identitário normativo, colocado como matriz de significação.

A diferença torna flagrante o caráter artificial e construído de tais vivências. É nauseante ser interpelado por esse *Outro* que, por sua diferença sexual, nos desloca do conforto de nossas certezas e nos convoca a pensar que os padrões da sexualidade humana são inventados, portanto, têm história. Cecarelli (2007, p. 89) chama atenção para a dificuldade de lidarmos com a diferença “sem que ela seja vivida como uma ameaça. Aceitar que o outro possa ser diferente abala nossa verdade, e mostra que a verdade é sempre a verdade de cada um, o que desvela a ilusão da existência de uma identidade última e absoluta, e revela que nossos referenciais são construções com tempo de vida limitado”.

A necessidade de reiteração permanente denuncia seu caráter contingente, apesar dos investimentos sem trégua de governo das diferentes vivências, os quais têm suas capilaridades também no campo das práticas institucionais, a exemplo da polêmica e posterior cancelamento da distribuição do material pedagógico destinado ao combate à homofobia nas escolas públicas de educação básica, devido às pressões de setores fundamentalistas num Estado dito laico.

Toda polêmica gerada em torno da questão nos remete à disputa em torno da legitimidade para se falar sobre o outro – neste caso, da sexualidade – seja nas instituições, seja em outros espaços. Isto porque “o poder se encontra instalado na menor das relações sociais, pessoais, institucionais, e como além disso penetra suavemente em todas as relações porque permeado de saber, não se pode simplesmente lutar contra ele” (ARAÚJO, 2008, p. 175). Ainda que as leis e os aparatos jurídicos tenham grande ingerência em determinados setores da sociedade, o poder de nomear é potencializado pelo saber, uma vez que normas de governabilidade fundadas no saber são mais eficazes do que leis e mecanismos jurídicos.

Isso nos impele a examinar, ainda que brevemente, o que o saber científico sobre sexualidade tem pronunciado sobre diferença sexual? A inquietação advém da constatação de que ao falar *sobre* produz-se uma realidade. Quanto mais se fala, trata, examina *sobre* a questão da sexualidade, recorrendo ao saber “formal”, “científico”, mais se recorre a eles e eles se assenhoram de nós (ARAÚJO, 2008). O saber científico trata a “homossexualidade” como lugar da sexualidade “não-hegemônica”, nomeada de “sexualidade periférica”, “desviante”. Qual a razão da diferença sexual ocupar um lugar *periférico*, no sentido da subalternização, não apenas na relação binária homossexualidade/heterossexualidade, como também na gramática utilizada para nomeá-la? Como se constituiu essa formulação gramatical/discursiva? Essa forma de torná-la “inteligível”, não seria efeito de uma epistemologia atravessada pela lógica colonial de captura do Outro, obcecada por reafirmar ontologizações, hierarquizações e binarismos?

A forma como os discursos se debruçam *sobre* o Outro mostra que o descontrole, o abandono, a distância é insuportável, há necessidade de gestá-lo, possui-lo (SKLIAR, 2003). De maneira que a pronúncia do outro sob o signo da subalternização e a homogeneização das diferenças são efeitos de uma epistemologia marcada pela colonialidade, cujos discursos mantém uma dependência com o conceito de “fixidez” no processo de constituição do Outro. Produz assim invisibilização das diferenças ao capturá-las num mesmo contínuo discursivo.

Ao homogeneizar e fixar a multiplicidade da diferença sexual sob a categoria homossexualidade ocorre o que Babha (1998, p. 105) nomeia de “alinhamento familiar de sujeitos coloniais”. Louro (2001) corrobora com isso ao ressaltar que a matriz epistemológica do pensamento ocidental moderno está referenciada num regime de verdade que elege e fixa algo como fundante para, a partir desse lugar, estabelecer a posição do outro, seu oposto subordinado. Assim, os estudos pós-coloniais trazem salutar contribuição à problematização posta, por considerar que as marcas da colonialidade estão presentes nos corpos e própria epistemologia. São marcas históricas e culturais que nos atravessam e nos constituem como periféricos (PELÚCIO, 2012).

Reconhecendo as contribuições dos estudos que se debruçaram sobre o tema, além de anunciar o lugar de onde se fala para situar o saber que se está produzindo, é importante por em circulação uma epistemologia engajada na desconstrução de verdades já consolidadas. Nessa direção, Pelúcio (2012) ao falar de estudos subalternos nos diz da relevância de ir além do esforço de dar voz ao “subalternizado”. Trata-se de promover um enfrentamento teórico, metodológico e ético, de modo a “participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (p. 399).

É nesse sentido que ao abrir passagem e visibilidade à sexualidade entendida como *diferença sexual* num trabalho de pesquisa no campo da educação, inscreve este trabalho num enredo discursivo para além das simples problematizações das classificações e dos enquadramentos produzidos *sobre* diferença sexual. Busca, conforme Silva (2011), compreender *diferença* como “ato ou processo de diferenciação” em que está implicada toda sociedade, uma vez que esta é heterogênea e, portanto, atravessada pela diferença e por isso mesmo merece e deve ser pautada: “O outro é o outro do gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (p. 8). Portanto, não há como a educação se furtar a esse debate. É preciso pautá-lo e enfrentá-lo corajosamente, não a partir de atitudes benevolentes de inclusão formal marcada por repressão e silenciamento.

O desafio consiste em mudar a forma de endereçamento ao Outro. Pôr-se à escuta, abrir-se ao “hóspede”. Não ver, nem tratar a diferença como clandestina, ilegítima. Ela está presente, irrompe “reforçada e multiplicada”. Trata-se de uma afirmação política e de uma contraposição às diferentes abordagens “pedagógicas” identificadas ainda por Silva (2011) acerca da questão. Enquanto radicalização e subversão, a diferença rejeita qualquer tratamento que reabilite hierarquizações, essencialismos, ontologizações. Recusa ser assimilada ou tolerada (LOURO, 2001). Tal encaminhamento se estende às formas de pronúncia dela. Daí a relevância de problematização da gramática discursiva que a trata como “subalternizada”, “inferiorizada”, “marginalizada”. Portanto, cabe interrogar: em que medida a própria epistemologia *sobre* sexualidade legitima saberes arraigados em binarismos estruturantes?

As ressonâncias modernas da colonização do Outro se presentificam na busca obsessiva de fixação das identidades, na criação de arquétipos e numa análise do poder centralizado. Deslizar da tradição e investir em outro empreendimento é um árduo trabalho. Ficar atento às saliências, às dobras nos permite flagrar alguns processos que contribuem para a produção da homogeneização e da invisibilização do múltiplo da diferença sexual, assim como perceber os limites de um saber encharcado de “colonialidade do poder” e os ardis para evitar aquelas reabilitações, inclusive por meio da gramática que nomeia a diferença sexual. Tecer as ideias, usar todos os sentidos, experimentar diferentes lentes, converter o olhar, sem recorrer a fórmulas e receitas. Experimentar, ousar, compor uma “metodologia alquimista”, como nos convida Cardoso (2012).

### **3 EDUCAÇÃO E CORPO TRANS: ALGUNS APONTAMENTOS PARA MAIS PERGUNTAS**

Foi tateando ideias nos escritos sobre o tema sexualidade que sobressaíram relevos, dobras, rugas, aberturas. Boa parte dos estudos privilegia o uso de ferramentas de inspiração pós-estruturalista e pós-críticas. Focalizam como o poder pespegado pela matriz heterossexual mobiliza, governa, produz efeitos de verdade no processo de constituição da chamada identidade de gênero e sexual, dando realce aos processos de governo impingido por dispositivos articulados a várias tecnologias sociais para impor aos sujeitos *um* modo de viver a sexualidade. Há uma reiteração da força política que a cultura heteronormativa exerce (com aroma impregnado de “possui”), imprimindo em nós (como se fôssemos um corpo inerte) suas marcas e produzindo reverberações que o sistema normativo binário impõe (com força de determinação).

A partir dessa abertura e respeitando as diferentes trajetórias de outros trabalhos, levantamos alguns questionamentos: por que não pensar a diferença como *diferença*, isto é, desatrelada à anterioridade da identidade? Por que não falar do “irredutível da diferença”? Por que não escrutinar a diferençaem sua “coragem de verdade” e tratar o múltiplo para além dos processos de assujeitamento e da perturbação das identidades existentes? Por que não considerar a força produtiva do múltiplo, dos Outros da sexualidade em sua “alteridade irredutível”?

Certamente que existe uma ambivalência nos processos de agenciamento que nos constituem, por meio dos quais é possível olhar que “a resistência é co-extensiva e contemporânea das relações de poder. Assim, as pautas podem ser repetidas nos atos performativos dos agentes, mas a repetição não significa autenticidade, mas sim, probabilidades e novas possibilidades” (MESSEDER, 2011, p. 62). Do mesmo modo, Babha (1998, p. 77; 83) enfatiza que “a identificação [...] é sempre o retorno de uma imagem que traz a marca da fissura no lugar do Outro de onde ela vem”, fica sempre um “rastros resistente, uma mancha no sujeito, um signo de resistência”.

É esse “rastros” de resistência na diferença que nos arrasta. Daí a escolha por trabalhar com o pensamento de inspiração foucaultiana por uma identificação visceral e instintiva, por buscarmos construir e descrever uma trajetória, converter o olhar, (re-)organizar o pensamento a partir do que emerge ou sugere essa trajetória (FISCHER, 2002). Enredar a diferença a partir dessa ancoragem implica, para além da possibilidade de subversão e deslocamento de posições identitárias já consolidadas, desarranjar a noção de fixidez da identidade sexual e do gênero, dismantelar a lógica tradicional com suas classificações e enquadramentos, e propor uma nova dinâmica para a elaboração de perguntas. Trata-se também de uma escrita de inspiração *queer* por buscar esquivar dualismos e prescrições de uma “lógica que justifica a dissimulação, que mantém fixas as posições de legitimidade e ilegitimidade” (LOURO, 2001, p. 552).

Foi esse o intuito ao problematizar “homossexualidade”, (in-)“visibilidade” da diferença sexual e algumas construções epistemológicas que se debruçam sobre o tema. Não se trata de depurar conceitos ou as questões levantadas, descobrir ou desvelar a origem dos problemas. “Trata-se de problematizá-las, vê-las [identidade e diferença] como uma questão de produção, e de estar atentos aos mecanismos envolvidos nessa produção. Trata-se de questionar nossos próprios sistemas de diferença em seus significados, reconhecendo que podem ser considerados estranhos ou absurdos sob diferentes pontos de vista” (SILVA, 2006, p. 8-9).

Isso evidencia a dimensão social e política da sexualidade. Os “sujeitos abjetos” são socialmente indispensáveis considerando que funcionam como demarcadores da norma, fornecendo-lhe limite e coerência (LOURO, 2001). A “abjeção” é plural, daí suas fraturas, seus vazamentos. Apesar das classificações, dos enquadramentos, dos múltiplos mecanismos da sofisticada tecnologia social heteronormativa, há resistência aos “efeitos protéticos” ensinados pela “panóptica dos gêneros”. Nem sempre os corpos materializam na experiência de constituição de si a verdade do gênero e sua estilística definida como apropriada (BENTO, 2006).

É a partir da *experiência de si* do outro ingovernável da sexualidade que vislumbramos um horizonte de possibilidades. É nesse contexto que o corpo *trans* (transexuais, travestis e transgêneros) emerge, não apenas como tensionamento, interpelação, transgressão do normativo ou por tornar flagrante a contingência da norma. Na “experiência de si” o *corpotrans* carrega um paradoxo: faz ruir a “panóptica dos gêneros” ao mesmo tempo em que não escapa de seus investimentos discursivos ao buscar uma vida “viável” ou “aceitável” circunscrita na inteligibilidade da matriz heterossexual. O corpo trans é a radicalização da *experiência de si* em sua irreduzível alteridade, faz uso agonístico de sua liberdade, resiste aos “efeitos protéticos”, mas, ao mesmo tempo, busca uma reconciliação com o normativo para ter acesso a direitos, para viver socialmente. (SIERRA, 2013; SOUSA FILHO, 2011).

Isso nos provoca a pensar asexualidade, menos em relação à normatização e seus dispositivos, e mais como exercício agonístico da *arte de si*, entendida como escolha irreduzível da existência de uma *parrhesia*, em sentido foucaultiano, que interpela as normas de gênero, desafia o poder patriarcal e o machismo, desestabiliza algumas vertentes do feminismo e do movimento LGBT, irrompendo pelo corpo *sua* verdade com todos os riscos daí decorrentes. Como tornar possível produzir uma escrita da diferença sexual na educação, em que *ocorpotrans* –esse Outro que habita a invisível fronteira da sexualidade e do gênero – ,provoque um desarranjo “epistemológico” ou discursivo na lógica binária desse campo e seus efeitos, tendo em vista que o sistema binário é referência mestra que reverbera na constituição do eu, do conhecimento, das instituições sociais?

Levamos a suspeita de que se há um exercício de poder pespado pela heteronormatividade que disputa incessantemente a subjetividade e o corpo, o *corpo trans* resiste, desliza, cambaleia, pulsa, confronta, (re-) cria novos passos de dança e sai a bailar, ora em solidão, ora em êxtase. Sua resistência transborda, seu poder se multiplica. Sua carne vibra, sua língua arde, sua irrupção é petulante, isso porque “Lá onde há poder, há

resistências [...] Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência [...]Esses pontos de resistências estão presentes em todas as redes de poder” (LOURO, 2001, p. 18).

A disputa é permanente. No exercício agonístico da liberdade o *corpo trans* faz do corpo espaço de luta política. Sousa Filho (2011, p. 19) nos diz que “há os que inventam sua vida, procuram se libertar, há aqueles que procuram os exercícios ascéticos de liberdade. Oferecem-se como pontos de resistências à dominação, à ideologia”. Não se conforma pacificamente aos investimentos normativos, como um corpo inerte, à espera de cumprir seu destino inelutável. Emerge do campo de estudos de gênero e sexualidade, como *parrhesia* da diferença sexual.

É possível pautar a diferença dessa perspectiva por uma intersecção com uma forma de pensar *queer*, o que nos permite empreender uma *escrita crítica*, liberta e engajada, problematizadora dos discursos que perfazem o campo da educação como suposto lugar da “inclusão” ou do “acolhimento” do Outro, porém subtraem-lhe o direito à visibilidade e o exercício da diferença sexual em sua radical alteridade. Uma *escrita cínica*, inspirada na noção de *parrhesia* estudada por Foucault. “A *parrhesia* é a liberdade de linguagem, o dar a liberdade de falar, o falar francamente, a coragem de verdade. [...] supõe coragem, porque se trata quase sempre de uma verdade que pode ferir o outro e que assume o risco de uma reação negativa da parte dele” (GROS, 2004, p. 11 e 157).

O *corpo trans* assume esse risco porque sua verdade carrega uma verdade ingovernável, causa desconforto, borra fronteiras, interpela a mesmice, desestabiliza a norma por meio do escândalo (SIERRA, 2013). É um corpo em cuja *parrhesia* nele fala e afirma que “não se trata de regular a própria vida segundo um discurso e de ter, por exemplo, um comportamento justo defendendo a própria ideia de justiça, mas de tornar diretamente legível no corpo a presença explosiva e selvagem de uma verdade nua, de fazer da própria existência o teatro provocador do escândalo da verdade” (GROS, 2004, p. 163). Ele dança na fronteira, como *parrhesia* da diferença sexual. É um corpo fronteiriço, que baila graciosamente exibindo seu feminino-masculino ímpar. É múltiplo e singular. Desdenha da gramática que procura subalternizá-lo. Ocupa seu espaço e nenhum espaço. Não pede licença, irrompe. Pronto. Ponto.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. L. de. A subjetivação pela sexualidade. In: **Foucault e a crítica do sujeito**. Local: Editora da UFPR, 2008.

BABHA, H. Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

BENTO, B. Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In: **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dismorfismo. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Berenice\\_Bento\\_16.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Berenice_Bento_16.pdf)>

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/ gênero/ desejo. In: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, L. de R. Nos rastros de uma bruxa, compondo metodologias alquimistas. In: **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Dagmar Estermann Meyer, Marluce Paraíso (organizadoras). – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CECARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. In: **Bagoas: revista de estudos gays/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.** – V. 1, N. 1 jul./ dez. 2007) – Natal: EDUFERN, 2007.

DERRIDA, J. **Anne Dufoumantelle convida Jacques Derrida a falar DaHospitalidade/ Jacques Derrida [Entrevistado]; Anne Dufoumantelle; tradução de Antônio Romane; revisão técnica de Paulo Ottoni.** – São Paulo: Escuta, 2003.

FERREIRA, M. O. V.; LIMA, G. H.N.& VÖLZ KLUMB, M. C. As temáticas gênero e sexualidades nas reuniões da ANPEd de 2000 a 2006\*. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 18, núm. 55, out. / dez., 2013, pp. 899-920. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil.

FISCHER, R. M. B. A Paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – 4. Ed.– Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. Não ao sexo rei. In: **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – 4. Ed.– Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GROS, F. A parrhesia em Foucault (1982-1984). In: GROS, F.; ARRIÈRES, Philippe[et al]. **Foucault e a coragem de verdade**. Tradução de Marcos Marcionilo; prefácio de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LARROSA, J. Ler em direção ao desconhecido. Para além da hermenêutica. In: **Nietzsche e a educação**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. – 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2013.

MESSEDER, S. Um giro na heterossexualidade compulsória: a construção teórico-metodológica dos atos performativos (2011). Disponível em: <http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/v1n1/04-UM-GIRO-NA-HETEROSSEXUALIDADE-revistaponti-vol-n1.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2013.

MIRANDA, J. V. A. Alteridade e o paradoxo da hospitalidade na educação. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt17\\_trabalhos\\_pdfs/gt17\\_3051\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt17_trabalhos_pdfs/gt17_3051_texto.pdf). Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

MOREIRA, A. F. B. O pensamento de Foucault e suas contribuições para a educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a14v2690.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2013.

NIETZSCHE, F. **Ecce homo**: como alguém se torna o que é. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos *queer*. Disponível em: <http://desigualdadecidadania.blogspot.com.br/2012/10/contemporanea-revista-de-sociologia-da.html>. Acesso em: 13 de junho de 2013.

REIS, R. P. dos. “Eu tenho medo de ficar afeminado”: performances e convenções corporais de gênero em espaços de sociabilidade homossexual. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912012000100007&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912012000100007&script=sci_arttext). Acesso em: 13 de junho de 2013.

SIERRA, J. C. Gilda e a vida *queerizada*. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/181-trabalhos-gt23-genero-sexualidade-e-educacao>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

SILVA, J. M. M. da. O currículo sob a cunha da diferença. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT12-2367--Int.pdf>. Acesso em: Acesso em: 13 de junho de 2013.

SILVA, T.T. da. A produção social da identidade e da diferença. (2011)Disponível em: <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2011/07/a-producao-social-da-identidade-e-da-diferenca.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2013

SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. Disponível em:  
<[http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista\\_05/03\\_skliar.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/03_skliar.pdf)>. Acesso em: 12 de março de 2013.

SOUSA FILHO, A. de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In: **Cartografias de Foucault**/ Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Sousa Filho, (orgs.). – 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. – (Coleção Estudos Foucaultianos).

TORRES, M. A. Docência, Transexualidades e Travestilidades: a emergência REDE TRANS EDUC BRASIL. Disponível em:  
<[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt23\\_trabalhos\\_pdfs/gt23\\_2816\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2816_texto.pdf)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault (im) possibilidades. Disponível em:  
<<http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n34/06.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

XAVIER FILHA, C. Catálogo Eletrônico de Produções Bibliográficas sobre Educação Sexual e de Gênero – Décadas de 30 a 1985. Disponível em:  
<<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5494--Int.pdf>>. Acesso em 13 de junho de 2012.